A European Union Programme

INTERNATIONAL URBAN COOPERATION
European Union

VISÃO GERAL DAS FONTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

PROGRAMA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO URBANA

ÍNDICE

1. FLUXOS DE FINANCIAMENTO 4

1.1 Tendências financeiras globais 4

1.2 Financiamento subnacional 4

2. FONTES DE FINANCIAMENTO 4

2.1 Bancos multilaterais de desenvolvimento 5

PROGRAMA DE RESILIÊNCIA DAS CIDADES 6

GRUPO BANCO MUNDIAL 6

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) 6

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF) 7

BANCO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO (BAD) 7

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI) 7

URBAN FINANCING PARTNERSHIP FACILITY (UFPF) 7

PROGRAMA CIDADES VERDES 8

BANCO EUROPEU DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BERD) 8

2.2 Fundos da ONU para o desenvolvimento e o clima 8

FUNDO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FUNDO ODS) 8

FUNDOS CLIMÁTICOS DA CQNUMC 8

FUNDO DE ADAPTAÇÃO 9

FUNDO VERDE PARA O CLIMA (GCF) 9

ARTIK, ARMÊNIA 9

FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE (GEF) 10

2.3 Fundos da UE 10

FUNDO DE COESÃO 11

2.4 Financiamento multi- e bilateral 11

3. RECOMENDAÇÕES 11

A European Union Programme

RESUMO EXECUTIVO

A urbanização cada vez mais acelerada impõe enormes demandas à infraestrutura, aos serviços, à criação de empregos, ao clima e ao meio ambiente. Mais da metade da população vive em áreas urbanas e 1,5 milhão de pessoas se somam à população urbana global a cada semana. Estimativas sugerem que até 2050 dois terços da humanidade viverão nas cidades. As cidades consomem mais de dois terços da energia do mundo e representam mais de 70% das emissões globais de CO_2.

Com o Acordo de Paris[1] e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas[2] (ODS), pela primeira vez existe uma Agenda para um Futuro Sustentável que congrega todas as nações em torno de uma causa comum para empreender ambiciosos esforços climáticos globais. Apesar desse ambiente favorável, ainda existe uma grande defasagem entre os recursos disponíveis e os aplicados em projetos locais.

Não obstante o fato de que não será possível enfrentar esses desafios sem o apoio dos governos municipais, esses geralmente são incapazes de atrair investimentos adequados e acessar os fluxos financeiros necessários para o desenvolvimento sustentável, com baixa ou nenhuma emissão, e resiliente às alterações nas condições climáticas.

Apesar dos avanços expressivos nos últimos anos no que diz respeito à disponibilidade de financiamento climático e do desenvolvimento sustentável, a acessibilidade a esses fundos continua limitada. As instituições financeiras têm dificuldades para identificar projetos financiáveis, enquanto os países em desenvolvimento em particular enfrentam dificuldades na elaboração de projetos e programas de qualidade, o que cria uma discrepância entre a oferta e a demanda.

A International Finance Corporation estima que, embora exista em todo o mundo cerca de US$ 22,3 trilhões (IFC 2016) em "potencial de investimento inteligente do ponto de vista climático", a McKinsey (2018) relata que apenas US$ 3 trilhões estão sendo efetivamente investidos. Um dos principais gargalos identificados que fazem com que governos municipais continuem incapazes de acessar esses fundos é a falta de compreensão da complexidade da arquitetura financeira e dos fundos disponíveis.

Além disso, para financiar projetos é comum que seja necessário combinar várias fontes de financiamento e mecanismos financeiros, o que requer a disponibilidade de uma ampla capacidade para consolidar e gerenciar essas fontes. Esta publicação contribui para oferecer uma visão geral melhor das instituições financeiras, com exemplos de programas relevantes em andamento voltados para o desenvolvimento urbano sustentável.

1. https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement
2. https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/

1. FLUXOS DE FINANCIAMENTO

1.1 TENDÊNCIAS FINANCEIRAS GLOBAIS

Embora a coleta e comparabilidade dos dados continuem a ser um desafio – devido à falta de metodologias, lacunas nos dados e capacidade insuficiente – há uma clara tendência de crescimento dos fluxos financeiros e fundos disponíveis.

O novo marco global para o financiamento do desenvolvimento sustentável, apresentado na Agenda de Ação de Adis Abeba[3], reconhece os desafios que as autoridades municipais enfrentam à luz da falta de recursos adequados, restrições de capacidade e, por vezes, apoio nacional e internacional insuficiente. Para resolver essas dificuldades, os líderes mundiais se comprometeram a ampliar a cooperação internacional para fortalecer a capacidades dos municípios e de outras autoridades locais. A Nova Agenda Urbana, adotada na Conferência Habitat III, em Quito em outubro de 2016, adequa ainda mais a Agenda de Adis e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – inclusive o ODS 11 – às necessidades do nível local e deve orientar as autoridades municipais e os governos centrais em sua busca por financiamento para o desenvolvimento sustentável (UNCDF).

Nos últimos anos, a maioria dos investimentos relacionados ao clima se deu no setor de energia, energia renovável e eficiência energética, e foi liderada pelo setor privado. Entretanto, apesar desse papel de liderança nos fluxos globais de financiamento climático, apenas 30% dos fundos privados têm beneficiários do setor público.

1.2 FINANCIAMENTO SUBNACIONAL

Mapear o financiamento subnacional no nível mundial é ainda mais desafiador, pois os governos subnacionais, sobretudo nos países em desenvolvimento, raramente possuem um banco de dados completo e coeso, nem publicam relatórios transparentes. De acordo com as estimativas da Aliança de Liderança Financeira em Mudanças Climáticas (CCFLA, 2017)[4] são necessários US$ 1 trilhão adicionais a cada ano para investimentos urbanos; além disso, as projeções das necessidades para as próximas décadas estão na casa de vários trilhões de dólares. É improvável que abordagens tradicionais de mobilização de receitas para governos municipais e subnacionais atendam às necessidades de financiamento dos compromissos globais acima citados.

A maior parte dos projetos municipais é representada pelos setores de energia, edificação e transportes, seguido por resíduos e recursos hídricos. Setenta por cento das ações subnacionais são financiadas pelos governos municipais (cCR, 2017)[5], com apoio de subvenções e empréstimos dos governos ou instituições financeiras locais. Mesmo que as instituições financeiras internacionais e os fundos multilaterais para o desenvolvimento e o clima desempenhem um papel cada vez maior no financiamento urbano, a ampla maioria dos financiamentos internacionais não pode ser acessada diretamente pelos governos municipais. O setor privado ainda possui um potencial desbloqueado de investimento em projetos urbanos. Existe uma grande variedade de instrumentos financeiros para envolvimento do setor privado, inclusive títulos, parcerias público-privadas, etc., mas a maioria dessas oportunidades continua limitada e não está disponível para os países em desenvolvimento devido à falta de capacidade de crédito e de fluxos de receitas claros.

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

O financiamento pode vir de fontes públicas ou privadas, onde podemos distinguir os níveis internacional, nacional e subnacional. No nível internacional, o financiamento público flui por intermédio de bancos de desenvolvimento, mecanismos da ONU (ODS e fundos climáticos), fundos da UE e outros canais multi- e bilaterais.

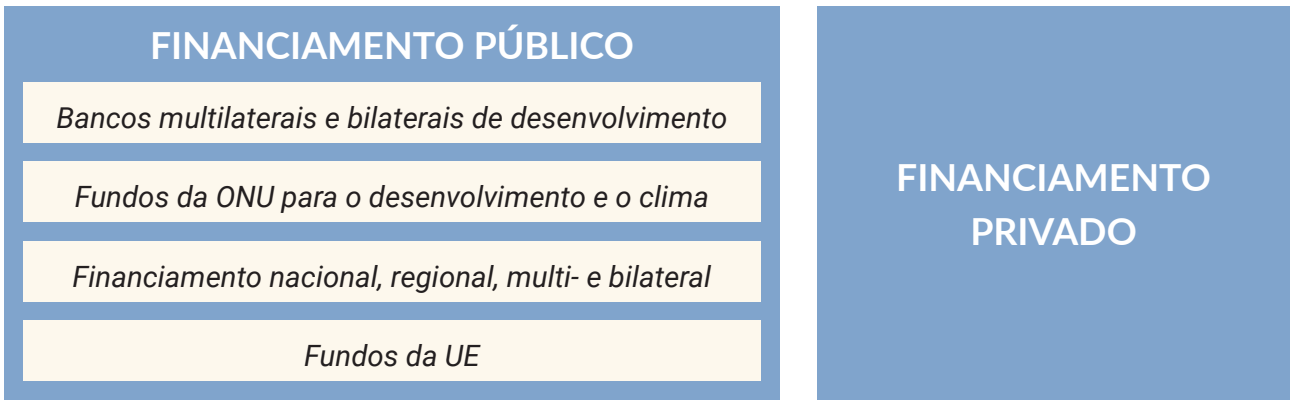


Figura 1. Fontes de financiamento

3. https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf
4. Mapeamento da CCFLA: "Localizing climate finance, mapping gaps and opportunities, designing solutions"
5. Relatório 2016-2017: "Boosting subnational climate action through new climate governance", carbonn Climate Registry

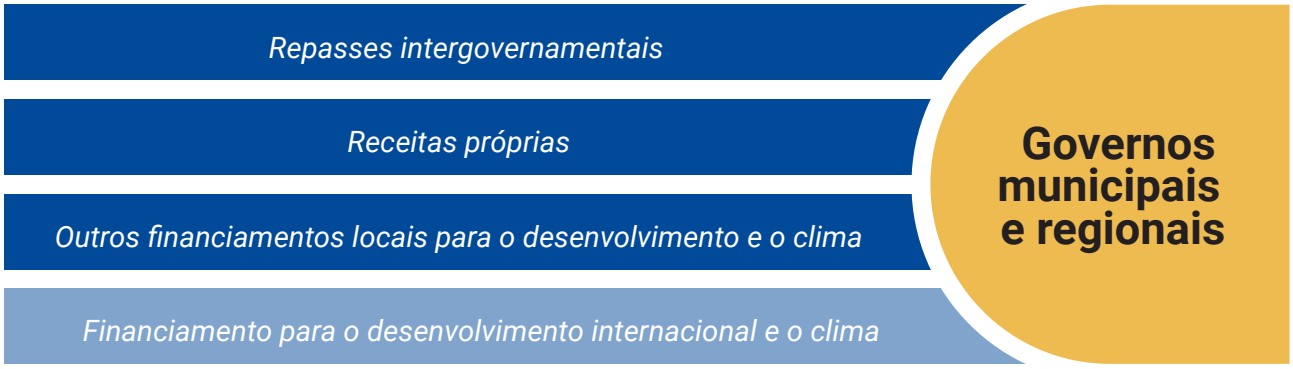


Figura 2. Fluxos de financiamento público

2.1 BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) podem ser categorizados de várias maneiras. Os dois maiores grupos são os bancos multilaterais de desenvolvimento "principais" e "sub-regionais". A principal diferença está na finalidade, cobertura geográfica e quadro de membros (Tabela 1). Além disso, existem também outras instituições financeiras internacionais com mandato muito semelhante, mas que não se enquadram nas categorias acima.

	PRINCIPAL	SUB-REGIONAL
FINALIDADE	criado por um grupo de países para fornecer financiamento e orientação profissional com o objetivo de desenvolver	melhores negócios: os bancos emprestam a seus membros, com a captação feita nos mercados de capitais internacionais. Como existe efetivamente uma responsabilidade compartilhada pelo pagamento, os bancos muitas vezes podem emprestar a custo mais baixo do que qualquer país membro
COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS	países emprestadores desenvolvidos e países tomadores em desenvolvimento	somente países tomadores
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	• empréstimos de curto prazo a taxas de mercado • empréstimos de prazo extremamente longo (também conhecidos como créditos) abaixo das taxas de mercado • subvenções	
EXEMPLO	• Banco Mundial • Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) • Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) • Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) • Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) • Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) • Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) • Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) • Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCAIE) Banco de Desenvolvimento da África Oriental (BDAO) Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BDAO) Banco de Comércio e Desenvolvimento do Mar Negro (BSTDB) Banco de Comércio e Desenvolvimento da Organização de Cooperação Econômica (ETDB) Banco Eurasiático de Desenvolvimento (BED) Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)

Tabela 1. Bancos multilaterais de desenvolvimento principais e sub-regionais

O Banco Europeu de Investimento (BEI) é uma instituição financeira internacional de capital aberto, cujos acionistas são os estados membros da UE. Portanto, ele é a um só tempo um banco e uma instituição da UE, que apoia projetos que contribuem significativamente para o crescimento, o emprego, a coesão econômica e social e a sustentabilidade ambiental, tanto na UE como fora do bloco.

Há também **bancos bilaterais de desenvolvimento estatais** como, entre outros, o KfW Bankengruppe alemão, a Agence Française de Développement (AFD) e o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC). Esses bancos de desenvolvimento são instituições financeiras públicas, de propriedade do governo, mas que também têm atuação internacional. Embora visem o desenvolvimento sustentável, eles contribuem para a execução da política externa do país.

Outro instrumento financeiro importante para o financiamento climático são os **Fundos de Investimento Climático (CIF)**[6]. Os CIF são adicionais à Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) existente, são projetados por países desenvolvidos e em desenvolvimento e implementados com os bancos multilaterais de desenvolvimento. Esses recursos públicos são mantidos em custódia pelo Banco Mundial e são desembolsados como subvenções, empréstimos altamente concessionais e instrumentos de mitigação de riscos para os CIFs dos países destinatários; existem dois fundos distintos: o **Fundo de Tecnologias Limpas** e o **Fundo Estratégico do Clima**.

GRUPO BANCO MUNDIAL

O trabalho do Banco Mundial em desenvolvimento urbano visa desenvolver cidades e comunidades sustentáveis por meio de um processo de urbanização inclusivo, resiliente e de baixo carbono, produtivo e habitável, contribuindo para os objetivos do banco de erradicação da extrema pobreza e ampliação da prosperidade compartilhada. O Banco Mundial investe a cada ano uma média de US$ 6 bilhões em projetos de desenvolvimento urbano e resiliência. Por meio de uma combinação de financiamento de projetos de investimento, empréstimos para o desenvolvimento de políticas e financiamento do Programa para Resultados, o Banco visa ajudar as cidades a atender às demandas prementes da urbanização.

O Banco Mundial está trabalhando em parceria com o setor privado, governos e sociedade civil para desenvolver cidades e comunidades: (1) resilientes à mudança climática e aos desastres causados por riscos naturais; (2) sustentáveis com crescimento de baixo carbono; e (3) bem financiadas para criar economias competitivas, empregos para as pessoas e assegurar que todos (sobretudo os mais carentes) possam se beneficiar. As operações e a assistência técnica apoiadas pelo Banco Mundial contribuem para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 11 e a execução da Nova Agenda Urbana, para tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis para todos.

Instrumentos financeiros: empréstimos e créditos com obrigatoriedade de garantias soberanas.

PROGRAMA DE RESILIÊNCIA DAS CIDADES

Visa catalisar fluxos de negócios para investidores por meio do apoio aos governos municipais na elaboração de programas de investimentos em larga escala.

https://www.gfdrr.org/en/city-resilience-program/about-crp

Foco: Barranquilla, Colômbia

Para reduzir a vulnerabilidade a riscos naturais, Barranquilla pretende fazer a reabilitação de uma área de 429 hectares de baixa planície de inundação altamente suscetível a inundações ao longo do rio Magdalena. Os investimentos públicos necessários são maiores que os recursos do município; portanto, o CRP trabalha de perto com a IFC na preparação de uma operação de empréstimo em Barranquilla, que permitirá à cidade acessar os fundos necessários para financiar a modernização do sistema de drenagem.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

O principal desafio do Banco para o setor de desenvolvimento urbano e habitação é estender os benefícios integrais da urbanização a todos os residentes urbanos.

Instrumentos financeiros: os principais instrumentos de financiamento do BID para o setor público são empréstimos com garantia soberana (empréstimos para investimento, empréstimos baseados em políticas e linhas de crédito para a sustentabilidade do desenvolvimento). Empréstimos sem garantia soberana, destinados principalmente ao setor privado, também podem ser acessados por investidores institucionais subnacionais.

6. https://www.climateinvestmentfunds.org/

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF)

A CAF instituiu o Programa Latino-Americano de Mudanças Climáticas (PLACC) e o Programa de Mitigação da Mudança Climática para enfrentar o problema do ponto de vista urbano.

https://www.caf.com/

Instrumentos financeiros: os empréstimos representam o principal instrumento financeiro da CAF e são concedidos principalmente aos governos centrais dos países membros e ao setor privado. Empréstimos soberanos também são oferecidos aos governos municipais.

BANCO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO (BAD)

O Plano Operacional Urbano para o período 2012-2020 fornece o marco orientador e metodológico para as operações do setor urbano do BAD. O foco se dá na melhoria das capacidades de planejamento e financiamento. No decorrer dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o BAD anunciou a duplicação de seu financiamento climático para a Ásia-Pacífico até 2020, inclusive questões urbanas (por exemplo, cidades inteligentes, transporte sustentável).

Instrumentos financeiros: tradicionalmente, o financiamento se dá por meio de orçamentos nacionais dos membros, mas, de acordo com a UFPF (ver Anexo 1) o BAD procura fornecer financiamento mais inovador por meio, por exemplo, de recursos para subsídios direcionados, mecanismos de melhoria de crédito e programas de PPP.

URBAN FINANCING PARTNERSHIP FACILITY (UFPF)

A UFPF é composta pelo seguinte: Fundo Fiduciário de Resiliência às Mudanças Climáticas Urbanas e Fundo de Infraestrutura Ambiental Urbana. O objetivo da UFPF é captar e usar fundos de parceiros de desenvolvimento para o cofinanciamento de investimentos em projetos de infraestrutura ambiental urbana por governos municipais e cidades, e viabilizar um amplo espectro de assistência técnica a fim de ajudar a lançar as bases para esses projetos.

https://www.adb.org/site/funds/funds/urban-financing-partnership-facility

Foco: Karnataka, Índia

A subvenção ao investimento viabiliza atividades do Programa de Investimento em Gestão Integrada de Água Urbana de Karnataka. Especificamente, o financiamento do UEIF será usado para o desenvolvimento de intervenções de saneamento comunitárias (instalação de cerca de 5.000 novos banheiros destinados a famílias carentes e vulneráveis).

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI)

Uma das áreas prioritárias do BEI são os investimentos em meio ambiente e clima. De acordo com a Agenda Urbana para a UE, o BEI financia especificamente projetos no nível municipal por meio de empréstimos para programas, empréstimos para investimento direto, empréstimos-quadro diretamente para cidades, empréstimos-quadro via intermediários financeiros e participação em investimentos em fundos de ações.

http://www.eib.org/en/projects

Instrumentos financeiros: títulos, empréstimos, ações e fundos de investimento, combinação (garantias, assistência técnica, tranches de primeira perda etc. em combinação com financiamento concessional). Projetos maiores podem ser financiados direta ou indiretamente por meio de um governo ou intermediário financeiro. Assistência técnica por meio de iniciativas como a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento, JASPERS e outros instrumentos consultivos que beneficiam as cidades, inclusive ELENA, EPEC e fi-compass. Em 2017, o URBIS, plataforma de consultoria urbana recém-criada, foi constituída como um esforço conjunto sob a égide da Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento. O URBIS conjuga os esforços de diversos serviços do BEI para ajudar as autoridades urbanas a desenvolver a capacidade de projetos, acessar soluções financeiras sob medida e acelerar seus projetos de investimento urbano.

BANCO EUROPEU DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BERD)

Inicialmente voltado para os países do antigo Bloco Oriental, expandiu-se de modo a apoiar o desenvolvimento em mais de 30 países da Europa Central à Ásia Central. O BERD tem diversas atividades que integram a sustentabilidade em todos os setores da economia.

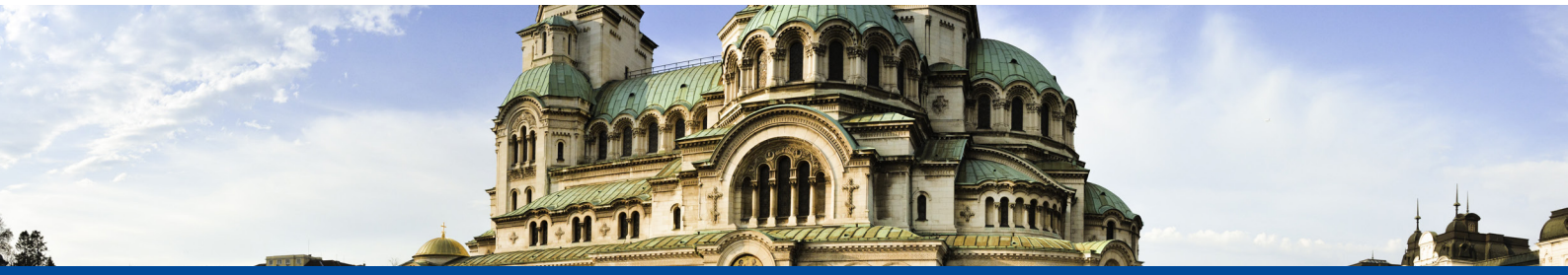
https://www.ebrd.com/

Instrumentos financeiros: empréstimos subsoberanos, dívida privada, dívida quase-capital, garantias e linhas de crédito direcionadas. O BERD investe principalmente em empresas privadas, seja diretamente ou por intermediários financeiros, como bancos e fundos de investimento municipais. Os municípios podem receber empréstimos por intermédio de bancos locais, que são apoiados pelo BERD.

PROGRAMA CIDADES VERDES

Com mais de € 1 bilhão em fundos empenhados pelo BERD, o BERD Green Cities pretende construir um futuro melhor e mais sustentável para as cidades e seus residentes. Para tanto, o programa identifica, prioriza e conecta os desafios ambientais das cidades com investimentos em infraestrutura sustentável e medidas de políticas.

http://www.ebrdgreencities.com/



Foco: Sofia, Bulgária

Sofia ingressou no BERD Green Cities em maio de 2018, com o objetivo de transformar a capital em um lugar mais verde para seus habitantes. A cidade está sob pressão devido a fatores como o crescimento contínuo do transporte rodoviário, que está ligado ao aumento do consumo de combustível e das emissões de carbono. Ao desenvolver um GCAP, Sofia traçou uma abordagem sistemática para enfrentar esses desafios ambientais urbanos. Ao priorizar investimentos e reformas, o GCAP lança as bases para uma visão verde e sustentável de longo prazo para a cidade.

2.2 FUNDOS DA ONU PARA O DESENVOLVIMENTO E O CLIMA

FUNDO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FUNDO ODS)

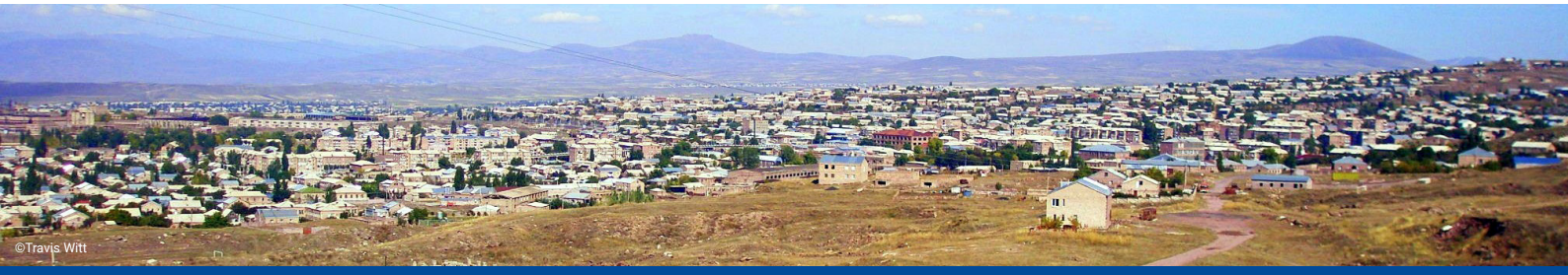
Este é um mecanismo internacional de desenvolvimento com múltiplos doadores e agências, criado em 2014 pelas Nações Unidas para custear atividades de desenvolvimento sustentável por meio de programas conjuntos integrados e multidimensionais. O Fundo ODS é o primeiro mecanismo de cooperação para o desenvolvimento da ONU criado especificamente para a execução da Agenda 2030. Seu principal objetivo é reunir agências da ONU, governos nacionais, academia, sociedade civil e empresas para enfrentar os desafios da pobreza, promover a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e alcançar os ODS.

Processo de solicitação: Por ser um mecanismo interagências, o Fundo ODS trabalha em todo o sistema da ONU, por meio de suas agências, executando programas conjuntos em todo o mundo. O mais alto representante da ONU no país é nomeado para o cargo de Coordenador Residente da ONU e fica responsável pela coordenação e execução estratégica.

FUNDOS CLIMÁTICOS DA CQNUMC

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima instituiu um mecanismo financeiro para fornecer recursos aos países em desenvolvimento que sejam Partes na implementação da Convenção. A operação do mecanismo financeiro foi confiada ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e ao Fundo Verde para o Clima (GCF) como entidades operacionais. Ademais, as Partes estabeleceram quatro fundos especiais: o Fundo Especial para Mudanças Climáticas (SCCF), o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF), ambos gerenciados pelo GEF, o GCF; e o Fundo de Adaptação (AF).

Os fundos multilaterais para o clima usam principalmente subvenções e empréstimos concessionais. Esses fundos não são ou raramente são acessados diretamente pelos governos municipais e regionais. Veja abaixo informações mais detalhadas sobre o processo de solicitação das três maiores instituições: Fundo Verde para o Clima, Fundo Verde para o Meio Ambiente e Fundo de Adaptação.



Foco: Artik, Armênia

O projeto pretende melhorar a resiliência da cidade de Artik, na Armênia, que é altamente exposta a ameaças hidrometeorológicas, cuja frequência e intensidade estão aumentando em decorrência da mudança climática. O projeto reduzirá a quantidade de detritos que flui para o reservatório localizado na cidade de Artik e a poluição das terras agrícolas (300 hectares de terras aráveis, 190 hectares de pastagens, 15 hectares de prados de feno, 640 hectares de florestas artificiais, 80 hectares de um reservatório de água e outras paisagens naturais) na área de impacto do projeto por meio do aumento de sua resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

Entidade implementadora: Unidade Executora de Projetos Ambientais

Entidade executora: Ministério da Proteção da Natureza da RA

FUNDO DE ADAPTAÇÃO

O Fundo de Adaptação foi constituído no âmbito do Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O Fundo é financiado em parte por doadores governamentais e privados, e também por uma parcela de 2% dos recursos dos Certificados de Redução de Emissões (CRE) emitidos como parte dos projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo.

Instrumentos financeiros: subvenções

Processo de solicitação: Somente entidades credenciadas têm acesso aos fundos e podem apresentar um conceito ou uma proposta de projeto completa. Dessa forma, para solicitar o financiamento de projetos e programas, os países precisam enviar suas propostas por intermédio de uma instituição credenciada. Existem três categorias: Entidades Executoras Nacionais (NIE), Entidades Executoras Regionais (RIE) e Entidades Executoras Multilaterais (MIE) [7]. O projeto ou programa precisaria estar de acordo com as prioridades definidas nas estratégias e planos nacionais ou nas Contribuições Nacionalmente Determinadas. As propostas são aceitas três vezes ao ano: duas vezes antes das reuniões semestrais do Conselho do Fundo de Adaptação e uma vez durante um ciclo de revisão entre sessões.

FUNDO VERDE PARA O CLIMA (GCF)

O Fundo procura promover uma mudança de paradigma para o desenvolvimento de baixa emissão e resiliente ao clima, levando em consideração as necessidades dos países particularmente vulneráveis aos impactos da mudança climática. O Fundo cria novos modelos de financiamento climático, canalizando investimentos dos setores público e privado. Seu objetivo é fornecer montantes iguais de financiamento para mitigação e adaptação.

Instrumentos financeiros: subvenções, empréstimos, capital ou garantias

Processo de solicitação: O GCF não executa diretamente os projetos, mas o faz por meio de parcerias com entidades credenciadas[8]. Os países em desenvolvimento indicam Autoridades Nacionais Designadas (AND) ou pontos focais para funcionar como ponto de comunicação com o GCF. Cada projeto que o Conselho do GCF se compromete a financiar precisa receber o aval, que é expresso por meio de uma carta de não objeção, pela AND ou ponto focal. As entidades credenciadas elaboram propostas de financiamento em estreita consulta com as AND ou pontos focais.

https://www.greenclimate.fund/

7. Relação de entidades credenciadas: https://www.adaptation-fund.org/apply-funding/implementing-entities/
8. Relação de entidades credenciadas do GCF: https://www.greenclimate.fund/how-we-work/tools/entity-directory

FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE (GEF)

O GEF administra vários fundos fiduciários e presta serviços de secretariado, em caráter provisório, para o Fundo de Adaptação. O Banco Mundial atua como administrador do GEF, ajuda a mobilizar os recursos do GEF; desembolsa recursos para as agências do GEF; elabora relatórios financeiros sobre investimentos e uso de recursos; e monitora a aplicação dos fundos orçamentários e do projeto. O financiamento do GEF para o custeio dos projetos é fruto da contribuição dos países doadores. Essas contribuições financeiras são reabastecidas a cada quatro anos (recentemente, GEF-6 2014-2018). O GEF fornece financiamento para projetos e programas nacionais que se enquadram em uma de suas estratégias de área focal: Biodiversidade, Mitigação da Mudança Climática, Águas Internacionais, Degradação da Terra, Produtos Químicos e Resíduos, Manejo Florestal Sustentável. Os projetos de gestão urbana podem receber financiamento de várias dessas áreas focais.

https://www.thegef.org/

Instrumentos financeiros: geralmente subvenções (depende do Fundo)

Processo de solicitação: Na maioria dos casos, o GEF fornece financiamento para o custeio de projetos e programas governamentais. Os governos decidem o órgão executor (entre outras instituições governamentais, organizações da sociedade civil, empresas do setor privado, instituições de pesquisa). O Ponto Focal Operacional do GEF (PFO) coordena todas as atividades relacionadas ao GEF em um país. O PFO analisa os conceitos do projeto, verifica os critérios de elegibilidade e assegura que novos conceitos de projeto não dupliquem um projeto existente[9].

PLATAFORMA GLOBAL PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS (GPSC)

O programa Cidades Sustentáveis do GEF-6 presta apoio às cidades para facilitar o planejamento urbano integrado, gerenciamento e financiamento para o desenvolvimento sustentável e o bom manejo dos ecossistemas. A Plataforma Global para Cidades Sustentáveis (GPSC) fornece soluções integradas e apoio ao conhecimento de vanguarda para cidades que buscam melhorar sua sustentabilidade urbana.

https://www.thegpsc.org/

Foco: Beijing, Guiyang, Nanchang, Ningbo, Shenzhen, Shijiazhuang e Tianjin, China

O projeto se concentra na integração da infraestrutura de transporte com o desenvolvimento urbano. Ele complementará as ambiciosas metas de infraestrutura da China: especificamente, alcançar um total de 6.000 km de infraestrutura ferroviária urbana e 4.000 estações de metrô até 2020.

Entidade implementadora: Banco Mundial

2.3 FUNDOS DA UE

A UE e a Comissão Europeia prestam apoio por meio de uma vasta gama de programas de financiamento, abrangendo oportunidades de financiamento e também orientação sobre como acessá-lo e usá-lo. Existem dois grandes compromissos políticos que definem e moldam a política urbana. A Agenda Urbana da UE foi lançada em maio de 2016 com o Pacto de Amsterdã[10]. Ela representa um novo método de trabalho multinível que promove a cooperação entre estados-membros, cidades, a Comissão Europeia e outras partes interessadas a fim de estimular o crescimento, a habitabilidade e a inovação nas cidades da Europa e identificar e enfrentar com êxito os desafios sociais.

Além disso, no período de programação 2014-2020, a dimensão urbana também ocupa uma posição central na política regional. Pelo menos 50% dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para este período serão investidos em áreas urbanas, e cerca de € 10 bilhões serão destinados diretamente a estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável. Além dos fundos estruturais, existem também outros programas e iniciativas voltadas para o desenvolvimento urbano. O Pacto de Prefeitos desenvolveu um guia interativo para o financiamento, ajudando as cidades a obter uma visão geral desse complexo sistema e a encontrar o programa que melhor atenda às suas necessidades.

https://www.covenantofmayors.eu/support/funding

9. Relação de PFO do GEF: https://www.thegef.org/focal_points_list

10. https://ec.europa.eu/futurium/en/content/pact-amsterdam

Nas políticas externas da UE, a combinação é um instrumento importante para complementar outras modalidades de auxílio e promover as prioridades políticas regionais, nacionais e globais relevantes. O princípio do mecanismo é combinar subvenções da UE com empréstimos ou capital de financiadores públicos e privados.

https://ec.europa.eu/europeaid/policies/innovative-financial-instruments-blending_en

FUNDO DE COESÃO

O Fundo de Coesão destina-se aos estados-membros cuja renda nacional bruta (RNB) por habitante seja inferior a 90% da média da UE. Ele visa reduzir as disparidades econômicas e sociais e promover o desenvolvimento sustentável.

Foco: Arad, Romênia

O projeto contou com obras nos sistemas de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de águas servidas do condado. Em termos de infraestrutura de água potável, o projeto recuperou o poço de água do Ineu, além de ampliar em 5 km as redes de distribuição do sistema e recuperar outros 10 km. Quanto aos sistemas de coleta e tratamento de águas residuais do condado, o projeto prolongou em 28 km a rede de esgotos e recuperou outros 5 km. Ele também modernizou duas estações de bombeamento de águas residuais, construiu dois quilômetros de coletores de transferência de esgotos e remodelou seis estações de tratamento. Como resultado direto desses esforços, 98% da população situada na área do projeto agora está conectada à rede de água e, portanto, possui uma fonte confiável de água potável de qualidade. Além disso, 96% da população está conectada ao sistema de esgoto.

2.4 FINANCIAMENTO MULTI- E BILATERAL

Para canalizar recursos, as instituições financeiras multilaterais e bilaterais adotam os mesmos instrumentos que instituições financeiras nacionais, inclusive empréstimos (concessionais), subvenções, capital e garantias.

Uma lista detalhada das agências bilaterais de cooperação para o desenvolvimento que oferecem financiamento bilateral pode ser encontrada em: https://unfccc.int/topics/climate-finance/resources/multilateral-and-bilateral-funding-sources

3. RECOMENDAÇÕES

Para melhorar a disponibilidade e acessibilidade dos fundos, é necessário intensificar os esforços em todas as esferas do governo, inclusive municipal, regional e nacional. Há uma necessidade premente de criar um ambiente propício para ações de investimento e adaptação ao clima no nível municipal de modo a liberar o potencial das cidades para atingir os ODS e cumprir o Acordo de Paris.

Assegurar a boa governança no nível municipal é o primeiro passo essencial nesse sentido. Os governos municipais e regionais precisam demonstrar capacidade de gerenciar fundos de maneira eficaz. Isso pode ser reparado pela capacitação e investimento em servidores municipais especializados (consultores em investimentos financeiros, especialistas em riscos, diretores financeiros, etc.). Paralelamente a isso, os governos nacionais precisam criar o ambiente regulatório propício necessário que (a) facilite o fluxo de recursos do nível nacional para o municipal onde as ações climáticas são realizadas e (b) assegure mais autonomia para os governos municipais e regionais alavancarem sistematicamente os investimentos de Parcerias Público-Privadas (PPP).

As instituições financeiras internacionais são conclamadas a aumentar a disponibilidade e acessibilidade de recursos financeiros para os governos subnacionais. A fim de ampliar a acessibilidade, próximo à criação de mecanismos flexíveis de investimento para financiar projetos de pequena escala, é necessário um esforço substancial de capacitação, além de assistência técnica e financeira para a preparação de projetos já no estágio inicial, para impulsionar projetos sustentáveis e financeiramente atraentes no nível urbano.

Nenhuma fonte de financiamento isolada é suficiente para cobrir os custos previstos do desenvolvimento urbano no curto e médio prazo. Em vez disso, as cidades devem combinar financiamento público e privado de fontes internacionais, nacionais, municipais e comunitárias (por exemplo, empréstimos, subvenções, títulos, microfinanciamento, receitas tributárias, empréstimos à comunidade, crowdsourcing etc.). A diversificação pulveriza os riscos visando uma estratégia mais sustentável e controlada localmente. Portanto, é necessário considerar novos parceiros como peças qualificadas do quebra-cabeça das finanças climáticas.

INTERNATIONAL URBAN COOPERATION
European Union

A European Union Programme

O PROGRAMA IUC

O programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC) permite que cidades de diferentes regiões do mundo se conectem e compartilhem soluções para problemas comuns. Ele faz parte de uma estratégia de longo prazo da União Europeia para promover o desenvolvimento urbano sustentável em cooperação com os setores público e privado, além de representantes da comunidade de pesquisa e inovação, grupos comunitários e cidadãos. Com sua participação no IUC, as cidades terão a oportunidade de compartilhar e trocar conhecimentos com suas contrapartes internacionais, construindo um futuro mais verde e próspero.

O programa IUC é uma oportunidade para os governos municipais aprenderem mutuamente, estabelecerem metas ambiciosas, firmar parcerias duradouras, testar novas soluções e incrementar a imagem internacional de suas cidades. Suas atividades contribuirão para a consecução de objetivos de políticas, bem como os principais acordos internacionais que tratam de desenvolvimento urbano e mudança climática, como a Agenda Urbana da UE, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e o Acordo de Paris.

AUTORA
Eszter Mogyorósy

AGRADECIMENTOS
Silvia Assalini, Giorgia Rambelli, Maryke van Staden

LAYOUT
Matteo Franceschi

DESIGN GRÁFICO
Sean Carroll, Dennis Kunz (unger+), Rede Europeia de Serviços

A European Union Programme

O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade da Unidade de Coordenação do IUC e não pode, em hipótese alguma, ser considerado indicativo das opiniões da União Europeia. Nem as instituições e órgãos da União Europeia nem qualquer pessoa que atue em seu nome poderão ser responsabilizados pelo uso que possa ser feito das informações aqui contidas.